

Arquivística Musical Histórica aplicada a arquivos de Bandas de Música: um olhar sobre o estado da questão

Historical Music Archival Science applied to Wind Bands archives: a look at the state of the matter

ANA RAQUEL COELHO

Doutoranda em História, Especialização em Arquivística Histórica na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
a56700@campus.fcsh.unl.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3140-369X>

Artigo entregue em: 29 de janeiro de 2023

Artigo aprovado em: 26 de abril 2023

RESUMO

O artigo *Arquivística Musical Histórica aplicada a arquivos de Bandas de Música: um olhar sobre o estado da questão* pretende compreender o momento atual da Arquivística Musical Histórica quanto a normas, terminologia e metodologias associadas, quanto ao tratamento arquivístico dado aos arquivos de Bandas de Música e quanto à importância dos arquivos nos estudos sobre Bandas de Música militares e civis.

Este artigo assume como assunto central a Arquivística Musical Histórica como disciplina em construção que alia um olhar normativo, conceptual e teórico que importa da Arquivística Musical e um olhar problematizante e contextual que importa da Arquivística Histórica. A Arquivística Musical Histórica é assim observada quanto aos seus conceitos, teorias e metodologias, como potencial contributo para o estudo das Bandas de música. Para o efeito procedeu-se a

um levantamento do Estado da Arte relativo a autores, conceitos, metodologias e normas para a Arquivística Musical, bem como o levantamento e análise de uma série de arquivos de Bandas de Música nacionais e internacionais, tratados arquivisticamente e/ou divulgados *online*.

Assim, foi possível compreender como, de uma maneira geral, ainda não existe um quadro normativo amplamente aplicado a arquivos musicais, como os de Bandas de Música e que o seu tratamento Arquivístico não corresponde a uma tendência, no entanto quando acontece, surge acompanhado da consciência de que tratar e divulgar o arquivo de uma Banda de Música contribui para a preservação e conhecimento da História do agrupamento em causa.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivística Musical; Arquivística Musical Histórica; Bandas de Música; Descrição Arquivística; Instrumentos de Descrição Arquivística.

ABSTRACT

The article *Historical Musical Archiving Science applied to Wind Bands Archives: a look at the state of the matter* intends to understand the current moment of Historical Musical Archiving Science in terms of norms, terminology and methodologies, regarding the archival treatment given to Wind Bands Archives and how much the importance of these Archives in studies of military and civil Wind Bands.

This article takes as its central subject Historical Musical Archival Science as a discipline under construction that combines a normative, conceptual and theoretical perspective that is important from Musical Archival Science and a problematizing and contextual perspective that is important from Historical Archival Science. Historical Musical Archival Science is thus observed in terms of its concepts, theories and methodologies, as a potential contribution to the study of Wind Bands. For this purpose, a survey of the State of the Art was carried out regarding authors, concepts, methodologies and standards for Musical Archival Science, as well as an analysis of a series of national and international Wind Band Archives treated archivistically and /or posted online.

Thus, it was possible to understand how, in general, there is still no normative framework widely applied to Music Archives, such as those of Wind Bands and that their Archival treatment does not correspond to a trend, however when it happens, it is accompanied by the awareness that treating and disseminating the Archive of a Wind Band contributes to the preservation and knowledge of the History of the groups in question.

KEYWORDS: Musical Archival Science; Historical Musical Archival Science; Wind Bands; Archival Description; Archival Description Tools.

Introdução

A documentação de música tem característica e um público interessado muito específico, nomeadamente pela forma como regista a sua mensagem através de um código próprio, a notação musical, fazendo com que o seu tratamento arquivístico possa incluir músicos e musicólogos ou arquivistas e bibliotecários com conhecimentos musicais (Serafim, 2014, p. 406).

A disciplina Arquivística tem carácter normativo, atuando ativamente sobre os arquivos tendo por base metodologias, teoria e conceitos globalmente aceites e aplicados. A ISAD(G) é precisamente a *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* atualmente em uso, não obstante de, tal como as ODA, *Orientações para a Descrição Arquivística* em aplicação em Portugal, ser pouco satisfatória para a descrição de documentação musical (Serafim, 2014, p. 407) que, pelas suas características diferenciadoras, justifica a necessidade de criar uma disciplina de Arquivística Musical.

Apesar dos contributos teóricos, metodológicos e conceptuais de autores como Maria Clara Assunção, Esteban Cabezas Bolaños, Catarina Serafim, Fernando Lacerda Duarte, Amanda Gomes, André Guerra Cotta ou Paulo Castagna, atualmente ainda não devemos admitir a existência de uma Arquivística Musical, e muito menos de uma Arquivística Musical Histórica, capaz de gerir e avaliar um Arquivo musical histórico com base num quadro normativo comumente aceite, observando-o tendo em conta a forma como a documentação foi produzida e transformada em arquivo, o seu percurso, os seus contextos e a história do seu produtor¹.

Os arquivos pessoais e familiares têm recebido especial atenção por parte da visão nacional de Arquivística Histórica², sendo curioso observar como foi precisamente no sentido do estudo de arquivos pessoais que se

¹ A partir da proposta para Arquivística Histórica apresentada em Rosa & Nóvoa (2018).

² Vejam-se, por exemplo as referências de Rosa & Nóvoa (2018) ao congresso *Casa Nobre: um património para o futuro* em 2008, os colóquios internacionais *Arquivos de família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro* e *D. Álvaro da Costa e sua descendência, sécs. XV-XVII: pode, arte e devoção* em 2010 e 2011 respetivamente, o seminário internacional *História dos arquivos e da informação: um campo de investigação* em 2012, Projeto *INVENT.ARQ. – Family archives inventories, 15th-19th centuries: from management and proof to lost memories. Rethinking the premodern archive* entre 2014 e 2015 ou a *ARQUIVÍSTICA HISTÓRICA* — Base de dados dos trabalhos arquivísticos desenvolvidos em âmbito de teses de doutoramentos em História, especialidade de Arquivística Histórica, desde janeiro de 2014). Rosa (2021) volta a referir o Projeto *INVENT.ARQ* e a *ARQUIVÍSTICA HISTÓRICA*, mas refere também, por exemplo, o projeto *ARQFAM – Arquivos de família, arquivos de comunidade(s). Arquivística, História, herança cultural*, desde 2015 e o Projeto *VINCULUM. Entailing perpetuity. Family, Power, Identity. The Social Agency of a Corporate Body (Southern Europe, 14th-17th Centuries)*.

registaram os primeiros trabalhos que, em Portugal, podemos remeter para uma Arquivística Musical Histórica. Refiro-me a Serafim (2013) a propósito do Arquivo pessoal de Alfredo Keil e Assunção (2017) sobre o Espólio de Joly Braga Santos. Assim, e admitindo que os arquivos musicais podem ser “acumulados por entidades individuais ou coletivas por efeito de atividade musical” (Assunção, 2017a) compreende-se a importância de observar, também, em Portugal arquivos de entidades musicais coletivas, como as Bandas de Música, segundo o mesmo tipo de lógica, e tendo em consideração a ausência de estudos sobre estes.

É, pois, neste sentido que se desenvolve o presente artigo, que parte de um breve Estado da Arte sobre as questões normativas, teóricas, metodológicas e conceituais que podem nortear uma Arquivística Musical Histórica, e procura observar alguns arquivos³ com documentação de Banda de Música à luz da sua divulgação, conteúdo e instrumentos de pesquisa, procurando compreender: 1) o paradigma atual da Arquivística musical Histórica, nomeadamente quanto a normas, terminologias e metodologias; 2) o paradigma atual de tratamento arquivístico aplicado a Banda de Música; e 3) a importância/ o papel dos arquivos de Bandas de Música nos estudos sobre as mesmas.

1. Arquivística Musical Histórica: enquadramento conceptual, teórico e metodológico

Por Arquivística Musical Histórica pode assumir-se uma corrente da Arquivística Histórica associada a arquivos musicais históricos e, portanto, também a uma Arquivística Musical.

O que neste trabalho se assume por Arquivística Histórica é uma área interdisciplinar entre a História e a Ciência Arquivística⁴, que tem em conta um conceito de “arquivização” como área de estudo do contexto histórico e cultural da formação de arquivos, conforme defendido por E. Katelaar, o quadro conceptual da Ciência da informação e a necessidade de se contextualizarem historicamente de forma problematizante os arquivos (Rosa, 2021,

³ São mencionados/ as a *U.S. Army Corps of Engineers Digital Libraries*, o *Acervo Arquivístico da Marinha do Brasil*, o *International Bomber Centre Digital Archive*, o *Arquivo Histórico da Força Aérea Portuguesa*, a *University of Wisconsin-Madison Libraries*, a *Library of Congress*, a *University of South Carolina Libraries*, a *University of Salford Libraries*, a *University of Arkansas Libraries*, o *Arquivo Histórico da Marinha Portuguesa*, o *The Brass Bands Archive*, o *The Wind Band Symphony Archive* e o *Arquivo da Black Dyke Band*.

⁴ Assume-se o termo Ciência Arquivística por tradução da autora de *Archival Science*.

pp. 64-65). Assim, a investigação em Arquivística Histórica deve tomar os arquivos como objetos de estudo procurando estudar a produção institucional de informação e a sua transformação em arquivos na História, tendo em conta o(s) contexto(s), as múltiplas faces possíveis para um arquivos e os processos de “documentalização”⁵, a partir de arquivos existentes e contemplando informações de fontes diversas sobre os aspetos mencionados. Para a investigação nesta área é importante: 1) a caracterização histórica das instituições produtoras dos Arquivos; 2) a construção de modelos orgânicos de tratamento Arquivístico; 3) a análise das formas de uso e arquivo; 4) a contextualização das práticas e a interpretação de significados; 5) o percurso da informação; e 6) a resposta a questões historiográficas mais amplas (Rosa & Nóvoa, 2018, p. 100).

A Arquivística Musical Histórica é, ainda, “uma disciplina em construção” (Assunção, 2017a) que além de contar com o contributo da Arquivística Histórica, conta também com o contributo de uma Arquivística Musical, sendo assim interdisciplinar e chamando a si Arquivistas, Historiadores, Músicos e Musicólogos.

Os conceitos de Arquivo Musical e Arquivística Musical são o primeiro contributo da Arquivística Musical e apresentam-se como basilares para uma Arquivística Musical Histórica. Neste sentido, se por Arquivo assumirmos a “acumulação natural de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa, família ou instituição, no decurso, em decorrência e função de uma atividade” (Assunção, 2017a), por Arquivo Musical podemos ter “o conjunto de documentos em qualquer forma ou suporte acumulados por entidade individual ou coletiva por efeito de atividade musical” (Assunção, 2017a). De igual modo, por Arquivística Musical podemos assumir o “campo de conhecimento que alia conceitos e técnicas da Arquivologia⁶ tradicional às necessidades específicas para o tratamento técnico de acervos ligados à música” que podem incluir partituras manuscritas e impressas, discos e documentos mais tradicionais como cartas (Cotta, 2006, p. 15). Por conseguinte, pode assumir-se por Arquivística Musical Histórica “o conjunto de ferramentas conceptuais e operacionais, junto com as metodologias próprias da Arquivística, cruzadas com as da Musicologia e da História, que permitem abordar de forma orgânico-diacrónica um Arquivo musical” (Assunção, 2017a).

⁵ Entenda-se por “documentalização” a produção e registo de informação de um “produtor com regras institucionais prévias muito formalizadas (...) porém constantemente negociadas e selecionadas” devendo considerar-se para este conceito a possibilidade de que um documento pode não documentar “o real” (Rosa, 2017, p. 570).

⁶ Assume-se por Arquivologia o termo em uso no Brasil para a Arquivística.

Ainda que, desde cedo, se tenha estabelecido dentro da sociedade ocidental, o Arquivo musical carece de fundamento teórico-metodológico no contexto da Arquivística moderna no sentido de uma aplicação prática (Bolaños, 2005, p. 84) mesmo que a IAML⁷ já tivesse, em 1952 criado as *Rules for cataloging music manuscripts*; que decorrentes da criação do RISM⁸ tenham surgido as normas internacionais para catalogação de fontes musicais do RISM; e que em 1970 a ISBD⁹ tenha criado a primeira normativa internacional para a informação bibliográfica e em 1980 se tenha desenvolvido a ISBD-PM para a bibliografia de Música impressa (Cotta, 2000; Serafim, 2013). No entanto, deve ter-se em consideração que, ainda que possam ser um contributo, os documentos produzidos pela IAML e pela ISBD vão no sentido de orientarem o tratamento bibliográfico/ por Bibliotecas, não sendo propriamente arquivísticos. A normativa RISM, criada por Musicólogos para fundos musicais, dá especial ênfase à sua versão criada para manuscritos entre 1600-1850, ainda que tenha aplicabilidade extensível a obras anteriores e posteriores a estas datas, bem como a obras impressas (Cotta, 2000). RISM, que apesar de tudo é o principal e com maior impacto objeto normativo para arquivos musicais, tem associada a si, fichas de descrição próprias compostas por três categorias de dados: 1) elementos básicos de descrição; 2) Notas; e 3) *Incipits*¹⁰ (musicais), sendo de preenchimento obrigatório os campos referentes ao nome do autor, aos títulos uniforme e próprio e forma, ao tipo de documento e sua extensão, bem como se se trata de um documento manuscrito ou impresso, o(s) *Incipit* musical(is) o Arquivo/ Biblioteca, cidade e país e a assinatura (Cotta, 2000). Neste sentido esta Norma não permite a sua aplicabilidade em contextos mais gerais, nem a sua utilização por profissionais sem conhecimentos musicais.

De qualquer forma, é importante deixar claro que não existe para a documentação musical um quadro normativo comumente aceite e amplamente aplicado, como se verifica com o ISAD(G) e, em Portugal, as ODA, para documentação generalista e administrativa. Estas normas gerais, do ponto de vista da documentação musical, ainda que possam ser uma boa base de trabalho, são pouco satisfatórias porque as respostas que apresentam são muito genéricas para uma documentação maioritariamente procurada por um público muito específico, composto em grande parte por Músicos, Musicólogos, Estudantes e outros interessados em informação concreta (Serafim, 2014, p. 407).

⁷ IAML: International Association of Music Libraries.

⁸ RISM: Répertoire International de Sources Musicales.

⁹ ISBD: International Standard Bibliographical Description.

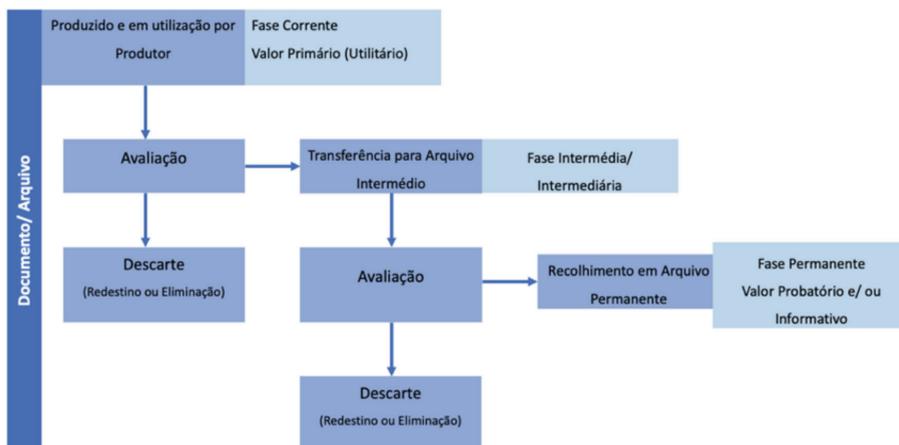
¹⁰ Por *Incipit* musical assume-se um pequeno excerto musical que identifica a obra.

Os arquivos musicais são arquivos especializados que podem incluir partituras e partes¹¹ de concertos, sinfonias, suítes, óperas ou outras peças avulsas, por exemplo, bem como cartas, autógrafos, material iconográfico, programas de concerto e recortes de jornal (Haddad & Castro, 2016). Não obstante, para o estudo Musicológico podem também contribuir registos sonoros e audiovisuais, libretos e textos, escritos pessoais, tratados sobre Música, documentação governamental e institucional, estatutos e regulamentos, entrevistas pessoais, instrumentos musicais, objetos, livros de contas, cerimónias, dossiers de oposição, documentação avulsa, livros sacramentais, documentos pontifícios, de notário ou cartório, críticas ou anúncios, cartazes, correspondência ou instrumentos de pesquisa como Guias, Inventários, Catálogos, Índices¹² ou Bases de Dados (Gómez González et al., 2008, como citado em Duarte, 2018) e portanto este tipo de materiais também pode, em alguns casos, integrar arquivos musicais.

Qualquer arquivo ou documento tem um ciclo vital. De uma maneira geral, o ciclo vital da documentação é constituído por três fases/ idades: 1) fase corrente em que os documentos estão em uso funcional e, portanto, têm valor primário/ utilitário; 2) a fase intermediária ou intermédia em que findo o seu uso funcional, o documento é mantido porque ainda pode ser necessário consultá-lo ou em função de prazos legais ou de outras questões associadas à atividade que o originou e 3) a fase permanente, com recolha e preservação, em que o documento tem valor informativo ou probatório (Cotta, 2006, pp. 21-22). Não obstante, a forma como a documentação musical se comporta perante este ciclo e estas lógicas de atribuição de valor é distinta, porque o valor primário de uma Obra musical (de uma partitura no seu sentido lato) tendencialmente não se perde, pois é sempre possível que esta seja tocada. Assim, a fase intermédia e permanente de uma partitura segue lógicas de perda de significado social e institucional, com recolhimento pela diminuição ou encerramento da sua utilização (Castagna, 2016, p. 214) podendo sempre ser recuperada para fase corrente.

¹¹ Assume-se, neste contexto, por partitura tanto o seu sentido lato de documento referente à representação gráfica com recurso à notação musical de uma obra musical, como os conceitos estritos defendidos por Cotta (2000) de partitura como um documento musical com todas as partes ou vozes de uma obra musical, e parte como o documento com a música de uma obra musical para apenas uma voz ou instrumento.

¹² Por Guia tem-se um instrumento de descrição com visão ampla e geral de um Arquivo; por Inventário um instrumento de descrição que apresenta a relação e breve descrição dos itens; por Índice um instrumento de descrição secundário em forma de lista ordenada de termos selecionados e indicações referenciais de localização; e por Catálogo um instrumento de descrição especializado, metódico e minucioso da totalidade do fundo, peça a peça, permitindo a sua fácil localização (Gomes, 2017, p. 6).



Esquema 1 – O ciclo vital da Documentação e os processos de Avaliação documental¹³.

Conforme apresenta o Esquema 1, acima, a atividade arquivística, segundo Cotta (2000) relaciona-se com o ciclo vital da documentação e dos arquivos e deve incluir processos de gestão de documentos e de avaliação (com determinação do destino dos documentos/ arquivos para transferência, recolhimento ou descarte por redestino ou eliminação).

A Avaliação é importante por estar presente em todas as fases do ciclo de vida dos documentos e arquivos e por definir o seu destino, podendo a necessidade de conhecer/ estudar biograficamente a entidade produtora (Cotta, 2000) atestar a importância deste processo. Já a gestão arquivística é absolutamente relevante pela sua complexidade, atestada pela sua divisão em processos de arranjo/ classificação, descrição e disseminação.

Efetivamente, após recolha em arquivo permanente de um arquivo, fundo ou série, procede-se ao seu arranjo/ classificação, isto é, a uma série de operações intelectuais e materiais que o organizam, uns em relação aos outros, lhe atribuem números de identificação, os colocam, por exemplo, em pastas, caixas ou latas e os ordenam em estantes. Para este processo contribui a realização de um quadro de classificação (esquema de trabalho para o encaixe, isto é, para a operação prática de ordenação física do material) e a análise e estudo biográfico do produtor (Cotta, 2000, pp. 64-66). À classificação segue-se a descrição, um processo normalizado internacionalmente pela ISAD(G), que é uma atividade fundamental dos arquivistas e que vai no sentido de apresentar valores secundários dos documentos,

¹³ Esquema da autoria da autora a partir de Cotta (2000).

difundir conteúdo informacional e dar aos investigadores e restante público interessado conhecimento prévio dos documentos e capacidade de os identificar e localizar (Cotta, 2000, pp. 73-75). Além de bases de dados podem resultar dos processos de descrição instrumento de descrição como guias, inventários, catálogos ou índices¹⁴.

Os instrumentos de pesquisa/ descrição são o principal meio de disseminação das instituições arquivísticas, especialmente procuradas por um público-alvo muito específico de investigadores e/ ou estudantes. Contudo estas instituições não devem deixar de procurar adotar políticas de disseminação / divulgação que podem incluir, entre outras coisas, a atividade editorial, a realização de visitas, palestras e exposições ou a criação de filmes (Cotta, 2000, p. 107).

2. A importância dos arquivos e o contributo da Arquivística para os estudos sobre Bandas de Música

Para observar a importância dos arquivos e o contributo da Arquivística para os estudos sobre Bandas de Música importa observar as tendências da Arquivística Musical. Assistem-se, neste âmbito, a duas tendências: 1) estudos de carácter geral que remetem para as questões conceptuais e metodológicas que sustentam a Arquivística Musical, bem como os autores que têm contribuído para o seu desenvolvimento¹⁵ e 2) estudos que, devidamente enquadrados e sustentados teórico-metodologicamente, aplicam a metodologia do Estudo de Caso à Arquivística Musical. Sobre estes últimos observem-se os exemplos de Serafim (2013), Terra (2014), Castagna (2016), Haddad & Castro (2016), Henriques (2016), Assunção (2017a) ou Silva & Rasquinho (2019), constatando-se a inexpressão de estudos de Arquivística Musical sobre arquivos de Bandas de Música, não sendo, pois, exemplos como Madureira (2020)¹⁶ e o seu estudo sobre *A música para Banda da Biblioteca da Ajuda: um contributo para o seu estudo e divulgação*, prática comum. Neste artigo o autor, músico e musicólogo, toma por objeto de estudo um conjunto documental, observando o seu conteúdo (nomeadamente quanto

¹⁴ Consultar nota de rodapé n.º 12.

¹⁵ Exemplo disso são Cotta (2000), Bolaños (2005), Cotta (2006), Serafim (2014), Assunção (2017b), Gomes (2017) ou Duarte (2018).

¹⁶ Madureira, B. (2020). A música para banda da Biblioteca da Ajuda: um contributo para o seu estudo e divulgação. In M. de R. Pestana, A. Granjo, D. Sagrillo, & G. Rodríguez-Lorenzo. (Eds.), *Our Music, Our World: wind bands and local social life* (pp. 117-140). Edições Colibri.

a autores, géneros musicais, dedicatórias e constituição instrumental) e o seu principal instrumento de descrição, o catálogo.

Tenham-se, igualmente, em conta, como exemplos, os seguintes estudos sobre Bandas de Música civis e militares: Joaquim (1937), Lapa (1941), Freitas (1946), Fão (1956), Santo (1987), Brucher (2005), Correia (2006), Russo (2007), Sousa (2008), Costa (2009), Mota (2009), Ferrara (2012), Sousa (2017), Pestana, Granjo, Sagrillo & Rodríguez-Lorenzo (2020) e Madureira (2020).

Estas obras versam tendencialmente a “História das Bandas” e, nesse sentido, numa lógica geográfico-temporal remetem para questões de repertório (e consequentemente compositores envolvidos), chefes e maestros/diretores musicais, contextos de atuação, fardamento, circulação de músicos e constituição (em numerário e quanto aos instrumentos que as constituem). Os estudos sobre Bandas civis, tendencialmente, também vão remeter para as ligações/ relações entre Bandas civis e militares que muitas vezes vão no sentido dos mesmos assuntos.

Se tivermos em conta os tipos de documentos que previsivelmente podemos encontrar num arquivo musical: partituras, programas de concerto ou recortes de imprensa, por exemplo (Haddad & Castro, 2016), então percebemos como estes conjuntos documentais se apresentam como fontes primárias de excelência para estudos realizados no sentido dos estudos sobre Bandas de Música supramencionados.

Assim, a divulgação eficaz desta documentação através de instrumentos de pesquisa ou de descrição por parte dos arquivos é o principal contributo da Arquivística para o estudo destas realidades musicais, especialmente se estes poderem incluir questões relevantes como a instrumentação ou os sujeitos, datas e locais envolvidos. No entanto, a inexistência de normas próprias para a Arquivística Musical, as características próprias deste tipo de documentação, normalmente descrita com recurso a normas e instrumentos gerais, exige que o seu tratamento seja feito por arquivistas com conhecimentos musicais e conscientes dos aspetos mais relevantes desta documentação, bem como das potencialidades dos instrumentos em uso. Sendo, pois, uma lógica de interdisciplinaridade, central e absolutamente necessária neste contexto.

3. Arquivística Musical e arquivos de Bandas de Música

A atividade performativa das Banda de Música faz surgir, naturalmente, arquivos musicais compostos não só pelas partituras e partes do repertório

que tocam, mas também por cartazes, programas e fotografias referentes às suas apresentações.

Do ponto de vista Arquivístico esta documentação pode surgir em três principais contextos:

- Presente em arquivos institucionais, mais ou menos especializados, inseridas em coleções ou fundos pessoais, familiares ou de organismos ou instituições não especificamente musicais, nem de instituições ou agrupamentos musicais. São disso exemplo: 1) as fotografias que constituem a “sub-coleção” *Engineer Band* integrada na *Koeber Colletion* da *U.S. Army Corps of Engineers Digital Library*¹⁷; 2) as fotografias de Bandas e de instrumentos musicais que se encontram no *Acervo Arquivístico da Marinha do Brasil*¹⁸, inseridas nos Fundos *EAMCE – Escola de Aprendizizes-Marinheiros do Ceará*, *EBCONS – Cruzador Benjamin Constant*, *ECSÃO PAULO – Encouraçado São Paulo 1907-1947*, *EAMAL – Escola de Aprendizizes-Marinheiros de Alagoas* ou *EAMPE – Escola de Aprendizizes-Marinheiros de Pernambuco*; ou 3) as várias fotografias que encontramos no *International Bomber Command Center Digital Archive*¹⁹ por exemplo nas coleções *Corrington*, *Jane*, *Dryhurst*, *Harold Gainsford* ou *Habberfield*, *Margaret*; bem como 4) a documentação referente à Banda de Música da Força Aérea Portuguesa que encontramos no *Arquivo Histórico da Força Aérea*²⁰ em fundos como o referente ao *CAVFA – Centro de Audiovisuais da Força Aérea*;
- Na constituição de fundos ou coleções, em arquivos institucionais, constituídos/as por documentação produzida por este tipo de Agrupamento. São disso exemplo: 1) as *Civil War Band: 1st Brigade bando f Broadhead*, *Wisconsin*, a *Yuba Band Collection* ou a *Stahl Brass Band Colletion* que podemos encontrar no Arquivo da Universidade de Wisconsin-Madison²¹; 2) a *Band Music from the civil war era* na *Library of Congress*²²; 3) o *Brass Band News*

17 <https://usace.contentdm.oclc.org/>

18 <https://www.arquivodamarinha.dphdm.mar.mil.br/index.php/about>

19 <https://ibccdigitalarchive.lincoln.ac.uk/omeka/>

20 <https://arquivohistorico-forcaarea.defesa.gov.pt>

21 <https://www.library.wisc.edu/music/home/collections/wisconsin-music-archives/>

22 <https://www.loc.gov/collections/civil-war-band-music/about-this-collection/>

Digital Archive do Arquivo da Universidade de Salford²³; 4) a *Carolina Bands Colletion* na *University of South Carolina – University Libarires*²⁴; 5) a *Razorback Band Digital Archive*, uma coleção especial da *University of Arkansas Libraries*²⁵; ou 6) o Fundo 895, *Banda da Armada* do Arquivo Histórico da Marinha²⁶;

- Como arquivos especializados em documentação e conteúdo associada/o a este tipo de agrupamento ou pertencentes/ produzidos por agrupamentos e instituições afins como o *The Brass Band Archive*²⁷, o *The Wind Band Symphony Archive*²⁸ ou o Arquivo da Banda *Black Dyke*²⁹. Esta realidade é bastante variada quanto ao tipo de arquivos, conteúdos e entidades produtoras, organizadoras ou dinamizadoras que podemos encontrar, ainda assim, é a prática mais diminuta quanto à presença das Bandas de Música em arquivos e Bases de dados arquivísticas.

Tal como nos estudos sobre arquivos e Bandas de Música, também o tratamento arquivístico a conjuntos documentais relativos a Bandas de Música militares e civis não é significativo. Não sendo possível determinar qual a dimensão da presença de documentos que remetam para estes agrupamentos em arquivos, coleções, fundos ou séries “gerais” associados/as a outras temáticas/ assuntos ou produzidos por entidades que não Bandas de Música, sabe-se que esta realidade é recorrente. Não obstante, aparentemente, a prática mais comum é a existência, em instituições arquivísticas mais abrangentes, de Fundos respeitantes a Bandas de Música. Além disso, parece haver uma uniformidade de tratamento e atenção dados a este tipo de conjuntos documentais, nas mais variadas geografias, segundo os exemplos anteriormente mencionados, que referenciam arquivos situados em Portugal, no Brasil, no Reino Unido e nos Estados Unidos da América.

23 <https://archiveshub.jisc.ac.uk/search/themes/d8aee6ed-111c-3ad0-9b87-a3665d97e4a4>

24 <https://digital.library.sc.edu/collections/carolina-bands-collection/>

25 <https://news.uark.edu/articles/56989/u-of-a-launches-new-razorback-band-digital-archive>

26 https://ccm.marinha.pt/pt/biblioteca_web/arquivohistorico_web/fundoscolecoes_web/Paginas/indices.aspx

27 <https://www.bbe.org.uk/what-we-do/the-brass-bands-archive>

28 <https://www.windsymphonies.org>

29 <https://www.blackdykeband.co.uk/archive/>

3.1. Conteúdo, descrição e instrumentos de pesquisa

Tomaram-se por objetos de análise: 1) a *Civil War Band Collection: 1st Brigade Band of Brodhead, Wisconsin* da *University of Wisconsin-Madison Libraries*; 2) o *Brass band News Digital Archive* da *University of Salford* em Manchester; 3) o *Razorback Band Digital Archive* da *University of Arkansas Libraries*; 4) a *Carolina Bands Collection* da *University of South Carolina Libraries*; 5) o *The Brass Band Archive* da Federação *Brass Band England*; e 6) o Arquivo da *Black Dyke Band*.

À exceção do *The Brass Band Archive*³⁰, todos os restantes exemplos se apresentam como arquivos ou coleções³¹ disponíveis em formato digital: a documentação está disponível para consulta, e muitas vezes *download*, em formato digital em Bases de Dados institucionais.

Tendencialmente as entidades detentoras destes conjuntos documentais/ de espécimes³² apresentam notícias nos seus *websites* sobre a existência e disponibilização destes conjuntos, notícias que, geralmente, fazem breves referências ao seu conteúdo e dão especial atenção aos produtores das coleções e arquivos. Estas notícias e arquivos normalmente surgem sustentadas por notas biográficas sobre os seus produtores e notas históricas sobre o próprio arquivo ou coleção, bem ao jeito da necessária atenção ao contexto e produtor dos arquivos conforme defendida pela Arquivística Histórica.

Trata-se de coleções e arquivos tendencialmente compostos por fotografias, partituras (no sentido lato) e recortes de imprensa, ainda que algumas contenham também gravações, programas, páginas/ esquemas de exercícios/ *performance*, documentação variada e certificados, bem como troféus, instrumentos, fardamentos e outros objetos.

De uma maneira geral as Bases de Dados e/ ou *websites* onde estes conjuntos estão disponíveis apresentam descrições, mais ou menos detalhadas, gerais dos conjuntos. No entanto, as descrições mais detalhadas são comumente apresentadas na descrição ao nível do documento/ espécime, e

³⁰ Relativamente ao *The Brass Band Archive*, a entidade que o detém, a *The Brass Bands England*, divulga o arquivo no seu *website*, refere a sua localização e as tipologias documentais que este contém, num entanto este não está disponível *online* e para mais informações e/ ou acesso é necessário preencher um formulário de contacto.

³¹ Cf. Cotta (2006) por coleção tem-se uma reunião intencional, consciente e factícia de documentos de origens diversas, selecionados sem respeito aos princípios de Fundo (conjunto organicamente produzido e/ ou acumulado), Preservação ou Organicidade.

³² Referem-se conjuntos documentais ou de espécimes porque, alguns exemplos versados incluem também objetos, troféus ou instrumentos musicais, por exemplo.

tendem a incluir campos como o título, a datação, o produtor, o idioma, as dimensões, os materiais, resumos, coleções associadas ou onde se inscrevem, a localização e códigos de referência/ identificação.

Efetivamente, a mais recorrente prática verificada é a utilização de instrumentos de descrição e divulgação gerais, e de acordo com a normativa internacional em vigor, adaptados, assim, para documentação referente a agrupamentos musicais. É, ainda assim, curioso verificar que apesar da bibliografia referencial para a Arquivística Musical dar especial ênfase às partituras, esta não seja a tipologia documental com maior prevalência nos exemplos em apresso.

Note-se ainda que, nos instrumentos de divulgação e nas notícias sobre a existência destes arquivos e coleções, é comum verificar-se a menção ao facto de a divulgação destes conjuntos se fazer como contributo para o conhecimento e valorização da História das instituições musicais que os produziram.

Atente-se também ao uso dos termos “coleção” e “arquivo” por associação aos exemplos supramencionados, denotando-se que em geografias como Portugal, para os mesmos contextos, tendencialmente utilizar-se-iam denominações como “fundo” ou “série”, sendo provável que estas diferenças decorram de adaptações linguísticas naturalmente necessárias, e que as lógicas de organização e tratamento arquivístico utilizados sejam, apesar disso, em tudo idênticas.

Termine-se referindo-se que, se para arquivos com características “generalistas” se criaram normas e instrumentos arquivísticos uniformes, aplicados de forma massiva por arquivos em todo o mundo, que permitem a interoperabilidade dentre eles, é desejável que igual processo ocorra para os arquivos musicais. É desejável que se promovam ligações ou aproximações entre arquivos musicais de Bandas de Música, que podem ocorrer pelo recurso a grandes repositórios arquivísticos já existentes, ao *RISM*, ou pelo diálogo entre instituições com vista à criação de iniciativas com pressupostos análogos aos da *Europeana*³³ ou do *Portal Instituições de Memória da Defesa Nacional*³⁴.

Considerações Finais

Posto tudo o que acima se refere, importa, agora, responder aos objetivos de investigação colocados no início deste artigo.

³³ <https://www.europeana.eu/pt>

³⁴ <https://portalmemoria.defesa.gov.pt/#/>

A Arquivística Musical Histórica chama a si os pressupostos e lógicas associados/ as à Arquivística Histórica e à Arquivística Musical, retirando de ambas as necessárias metodologias e formas de observar os objetos Arquivísticos. No entanto, do ponto de vista das normas e terminologias a utilizar, estas devem derivar da Arquivística Musical, uma disciplina ainda em desenvolvimento tal como a Arquivística Musical Histórica. Por conseguinte, ainda que se encontrem vários autores empenhados em discutir normas, conceitos e metodologias a aplicar em arquivos musicais, numa lógica de desenvolvimento da Arquivística Musical, a tendência verificada é de aplicação a estes arquivos normas e instrumentos desenvolvidos no âmbito de uma Arquivística generalista.

Sendo certo que tendencialmente os arquivos de Bandas de Música militares e civis resultam daquilo que é a sua atividade performativa, a verdade é que através do levantamento realizado com vista à redação deste artigo, se pode verificar que normalmente estes arquivos não são convenientemente tratados, estudados ou alvo de especial atenção, especialmente do ponto de vista histórico e arquivístico. A esta realidade acresce o facto de os exemplos encontrados denotarem que é diminuta a atividade internacionalmente realizada junto de arquivos de Bandas de Música, militares e civis, incluindo *Brass* e *Marching Bands*, mas quando esse tratamento é efetivo, corresponde a boas práticas, conscientes da importância do tratamento e divulgação desta documentação para o conhecimento da atividade e história destes agrupamentos musicais, muitas vezes históricos.

Para a História e para a Musicologia, como para outras áreas que privilegiam o trabalho de investigação, as fontes primárias como as que encontramos nestes arquivos são recursos fundamentais de estudo e investigação. Assim, a História das Bandas de Música, que muito tem tendido a observar questões de repertório, função, contexto, uniformes e orgânica destes agrupamentos, deve observar estes arquivos com especial atenção e cuidado, como fontes de relevantes respostas para as questões que, normalmente, colocam.

Referências bibliográficas

- Assunção, M. C. (2017). *Arquivística Musical Histórica: metodologias de uma disciplina em construção aplicadas a um estudo de caso: o espólio de Joly Braga Santos* [Ensaio para o Seminário do Doutoramento "Metodologias em História" não publicado]. NOVA FCSH.
- Assunção, M. C. (2017a). *Arquivística Musical: revisão bibliográfica para um estado da questão* [Trabalho para o Seminário de Mestrado "Teoria e Método das Ciências Musicais" não publicado]. NOVA FCSH.

- Bolaños, E. C. (2005). La organización de archivos musicales: marco conceptual. *Información, cultura y sociedad*, (13), 81-99
- Brucher, K. M. (2005). *A banda da terra: bandas filarmónicas and the performance of place in Portugal* [Unpublished doctoral dissertation]. University of Michigan.
- Castagna, P. (2016). Desenvolver a arquivologia musical para aumentar a eficiência da Musicologia. In E. Rosa, & J. A. B. Zille (Org.), *Musicologia[s]: série diálogos com o som* (p. 3). EduEMG.
- Correia, L. M. T. (2006). *Bandas e Músicos Militares em Portugal: Do século XIX ao XXI* [Dissertação de Mestrado não publicada]. NOVA FCSH.
- Costa, M. F. M. (2009). *As Bandas Sinfónicas Militares em Portugal: Constituição e Funcionalidade* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Zuid-nederlandse hogeschool voor muziek – Conservatorium Maastricht.
- Cotta, A. G. (2000). *O tratamento da informação em acervos de manuscritos musicais brasileiros* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Cotta, A. G. (2006). Fundamentos para uma arquivologia musical. In A. G. Cotta, & P. S. Blanco (Org.), *Arquivologia e patrimônio musical (online)*. EDUFBA.
- Duarte, F. L. S. (2018, julho 23-27). *A História das práticas musicais e os estudos em musicologia histórica: saberes e diálogos interdisciplinares na pesquisa arquivística da música no Brasil* [apresentação]. Anais do Encontro Internacional – XVIII Encontro de História Anpuh-Rio: Histórias e Parcerias, Rio de Janeiro, Brasil.
- Fão, A. F. (1956). *A Banda de Música e a Fanfarra de Clarins da Armada. O Corpo de Marinheiros da Armada no seu 1º Centenário (1851-1951)*. União Gráfica.
- Ferraria, A. M. R. de A. (2012). *História, Tradição e Património da Música Militar em Portugal. Um Estudo de Caso: a Charanga a Cavallo da Guarda Nacional Republicana* [Dissertação de Mestrado não publicada]. ISCTE-IUL.
- Freitas, P. (1946). *História da Música popular em Portugal*. Tipografia dos Combatentes da Grande Guerra.
- Gomes, A. (2017). A atuação profissional em arquivos musicais: algumas considerações. *Múltiplos Olhares em Ciências da Informação*, 7(1), 1-13.
- Haddad, G. L., & Castro, M. C. de (2016). *Entre a Teoria e a Prática: Proposição Arquivística Musical para o Centro de Memória das Artes de Ribeirão Preto* [apresentação]. XXVI Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música, B. Horizonte, Brasil.
- Henriques, L. (2016). *Arquivos musicais: Estratégias para a sua organização e dinamização. Encontro Arte e Património*. Cantum Mensurable & Atelier de Conservação e Restauro de Obras de Arte São Jorge Lda.
- Joaquim, M. (1937). *A música militar através dos tempos*. Arte Musical.
- Lapa, A. (1941). *Subsídios para a história das bandas militares portuguesas*. Oficina da Revista Alma Nacional.
- Madureira, B. (2020). A música para banda da Biblioteca da Ajuda: um contributo para o seu estudo e divulgação. In M. de R. Pestana, A. Granjo, D. Sagrillo, & G. Rodríguez-Lorenzo. (Eds.), *Our Music, Our World: wind bands and local social life* (pp. 117-140). Edições Colibri.

- Madureira, B. (2020). *Bandas Civis no Terceiro Quartel do Século XX. Estudos de Casos com as Bandas de quatro concelhos* [Tese de Doutoramento não publicada]. Universidade de Coimbra.
- Mota, G. (Org.). (2009). *Crescer nas Bandas Filarmónicas: Um estudo sobre a construção da identidade musical de jovens portugueses*. Edições Afrontamento.
- Pestana, M. de R., Granjo, A., Sagrillo, D., & Rodríguez-Lorenzo, G. (2020). *Our Music, Our World: wind bands and local social life*. Edições Colibri.
- Rosa, M. de L. (2017). Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna: perspetivas teóricas e propostas de percurso de investigação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, XXX*, 547-586.
- Rosa, M. de L. (2021). *Seminários Interdisciplinares* [Relatório do programa, conteúdos e métodos de ensino teórico e prático da Unidade Curricular “Seminários Interdisciplinares” apresentado a Provas de Agregação em Ciência da Informação]. Universidade de Coimbra.
- Rosa, M. de L., & Nóvoa, R. S. de. (2018). Arquivística histórica e arquivos de família, entre história e ciência arquivística: reflexões sobre um processo científico e académico. *Revista Portuguesa de História, (49)*, 85-98.
- Russo, S. B. (2007). *As Bandas Filarmónicas enquanto Património: um estudo de caso no concelho de Évora* [Dissertação de Mestrado não publicada]. ISCTE.
- Santo, J. (1987). *Subsídios para a História da Banda da Armada*. ARCHEEVO. <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=45427&detailsType=Description>
- Serafim, C. (2013). *Os arquivos de músicos: uma abordagem à luz do arquivo pessoal de Alfredo Keil* [Dissertação de Mestrado não publicada]. NOVA FCSH.
- Serafim, C. (2014). Arquivos de música: uma análise às bases teóricas e ao testemunho do trabalho prático. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, XXVII*, 405-417.
- Silva, J. de, & Rasquinho, J. (2019, outubro 18-19). *Da partitura de papel para o (re) aproveitamento Cultural: A Coleção de Partituras de Casaca Serrano, doada ao Arquivo Municipal de Monforte* [apresentação]. Associação portuguesa de bibliotecários, arquivistas e documentalistas – 13º Encontro nacional de Arquivos Municipais, Cascais.
- Sousa, P. M. de. (2008). *História da Música Militar Portuguesa*. Tribuna da História.
- Sousa, P. M. de. (2017). *As Bandas de Música na História da Música em Portugal*. Fronteira do Caos Editora.
- Terra, A. L. (2014). O Orfeonismo: oportunidade para um encontro imediato entre a arquivística e a musicologia? In M. de R. Pestana, & H. Marinho (Ed.), *Music and shared imaginaries: nationalisms, communities, and choral singing – Precedings*. Ex-Libris.

